



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOUTO SOARES
Praça Otto Alencar nº 94 Centro Souto Soares – Bahia
Cep – 46990-000- CNPJ 30.607.381/0001-32
Fone (75) 3339-2120/2150 Celular (75) 992337902
educacao@soutosoares.ba.gov.br

PORTRARIA N° 05 /2025 de 18 dezembro de 2025.

Homologa a resolução do CME de número 01, de 31 de outubro de 2025, que estabelece normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema de Ensino de Souto Soares, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE SOUTO SOARES ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 7º do regimento interno.

CONSIDERANDO a aprovação, pelo Conselho Municipal de Educação, da Resolução CME nº 01/2025, que estabelece normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema de Ensino de Souto Soares;

CONSIDERANDO A Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990;

CONSIDERANDO A Declaração e o Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001;

RESOLVE:

Art.1º Homologar, para que produzam seus efeitos legais, a resolução nº 01/2025 aprovada pelo Conselho Municipal de Educação de Souto Soares.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se todas as disposições contrárias.

Souto Soares, 18 de dezembro de 2025.

Zaira Barbosa de Souza Andrade
Secretária da Educação



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO CME Nº 01, DE 31 DE OUTUBRO DE 2025.

Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema de Ensino de Souto Soares.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SOUTO SOARES, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições definidas pelos Decretos nº 372-A/97 e 057/01 e Lei nº 0288/2001, que estabelece o Sistema Municipal de Ensino, os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996, com redação dada, respectivamente, pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, a Resolução CNE/CP nº 1/2004, a Resolução CNE/CEB nº 2/2009, a Resolução CNE/CEB nº 04/2010 e com fundamento no Parecer CNE/CEB nº 16/2012 e na Resolução CNE/CEB nº 08/2012.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola no Sistema Municipal, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola, na Educação Básica:

- I. organiza, precípua mente, o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:
 - a. da memória coletiva;
 - b. das línguas remissivas;
 - c. dos marcos civilizatórios;
 - d. das práticas culturais;
 - e. das tecnologias e formas de produção do trabalho;
 - f. dos acervos e repertórios orais;
 - g. dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; e
 - h. da territorialidade.

- II. integra suas etapas e modalidades: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos;
- III. destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;
- IV. deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas como quilombolas, rurais e urbanas, pelos órgãos públicos responsáveis, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;
- V. deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;
- VI. deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política pública municipal para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade.

Art. 2º Cabe ao Sistema Municipal de ensino garantir:

- I. apoio técnico-pedagógico aos estudantes, professores e gestores em atuação nas escolas quilombolas;
- II. recursos pedagógicos, didáticos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas; e
- III. a construção de propostas de Educação Escolar Quilombola contextualizadas.

Art. 3º Entende-se por quilombos:

- I. os grupos étnico-raciais definidos por autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;
- II. comunidades rurais e urbanas que:
 - a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território, que não se restringe à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; e
 - b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.
- III. povos ou comunidades tradicionais nos termos da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e

Comunidades Tradicionais.

TÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 4º Estas Diretrizes, com base na legislação geral e especial e na Resolução CNE/CEB nº08/2012, têm por objetivos:

- I. orientar o Sistema Municipal de Ensino de Souto Soares na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos, visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;
- II. assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino-aprendizagem, as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;
- III. assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas considere o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças;
- IV. fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino do Estado e dos municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;
- V. subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afrobrasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira e baiana.

TÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 5º A Educação Escolar Quilombola rege-se nas suas práticas e ações político-pedagógicas pelos seguintes princípios:

- I. direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade;
- II. direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
- III. respeito e reconhecimento da história e da cultura afrobrasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional;

- IV. proteção das manifestações da cultura afrobrasileira;
- V. valorização da diversidade etnicorracial;
- VI. promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- VII. garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais;
- VIII. garantia do controle social pelas comunidades quilombolas;
- IX. reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;
- X. respeito aos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;
- XI. direito ao etnodesenvolvimento, entendido como modelo de desenvolvimento alternativo, que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;
- XII. superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, recreativo entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;
- XIII. respeito à diversidade religiosa, ambiental e de orientação sexual;
- XIV. superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;
- XV. reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;
- XVI. direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;
- XVII. trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;
- XVIII. valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas;
- XIX. reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades

quilombolas e construção de práticas educativas, que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero; e

- XX. cultivo e valorização da tradição oral, da memória histórica afrobrasileira, da ancestralidade e da erudição popular dos “mais velhos” como fonte de conhecimento e pesquisa e como conteúdo da Educação Escolar Quilombola.

Art. 6º Os princípios da Educação Escolar Quilombola deverão ser garantidos por meio de:

- I. construção de escolas públicas em territórios quilombolas, por parte do poder público, sem prejuízo da ação de organizações não governamentais e outras instituições comunitárias;
- II. adequação da estrutura física das escolas ao contexto quilombola, considerando os aspectos ambientais, econômicos e socioeducacionais de cada quilombo, a garantia de condições de acesso físico às escolas, além da promoção da acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiências;
- III. presença preferencial de professores e gestores quilombolas e que apresentem um perfil comprometido com a educação antirracista, inclusiva e contextualizada nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas;
- IV. garantia de formação inicial e continuada aos docentes para atuação na Educação Escolar Quilombola, em parceria com os demais entes federados e instituições de ensino superior;
- V. implementação de um currículo escolar aberto, flexível e de caráter interdisciplinar, elaborado de modo a articular o conhecimento acadêmico e os conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas, referendado em um projeto político-pedagógico, que considere as especificidades históricas, culturais, sociais, políticas, econômicas e identitárias das comunidades quilombolas;
- VI. garantia de alimentação escolar voltada para as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas;
- VII. inserção da realidade quilombola no material didático e de apoio pedagógico, produzido em articulação entre a comunidade e os sistemas de ensino, instituições de educação superior, organizações não governamentais e outras organizações comunitárias;
- VIII. efetivação de uma educação escolar voltada para o etnodesenvolvimento e para o desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas; e

- IX. articulação da Educação Escolar Quilombola com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos povos e comunidades tradicionais nas diferentes esferas de governo.

TÍTULO III

DA DEFINIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 7º A Educação Escolar Quilombola compreende: escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

Parágrafo único – Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola.

Art. 8º A organização da Educação Escolar Quilombola, em cada etapa da Educação Básica, poderá assumir variadas formas, de acordo com o art. 23 da LDB, tais como:

- I. séries anuais;
- II. períodos semestrais;
- III. ciclos;
- IV. alternância regular de períodos de estudos com tempos e espaços específicos;
- V. grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios; e
- VI. outras formas de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 9º O calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério dos sistemas de ensino e do projeto político-pedagógico da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.

§ 1º O calendário escolar deve incluir as datas consideradas mais significativas para a população negra e para cada comunidade quilombola, de acordo com a região e a localidade, consultadas as comunidades e lideranças quilombolas.

§ 2º O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, deve ser incluído no calendário escolar das instituições públicas e privadas de ensino.

Art. 10º A Secretaria Municipal de Educação, por meio de ações colaborativas, deve

implementar, monitorar e garantir um programa institucional de alimentação escolar, o qual deverá ser organizado mediante cooperação com a União e o estado e por meio de parceria entre a sociedade civil organizada e o poder público, com os seguintes objetivos:

- I. garantir a alimentação escolar, na forma da Lei e em conformidade com as especificidades socioculturais das comunidades quilombolas, preferencialmente com aquisição de produtos da agricultura familiar quilombola;
- II. respeitar os hábitos alimentares do contexto socioeconômico-cultural-tradicional das comunidades quilombolas;
- III. garantir a soberania alimentar assegurando o direito humano à alimentação adequada; e
- IV. garantir a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade cultural e étnico-racial da população.

Art. 11 O sistema Municipal de ensino deverá prover as escolas com profissionais de apoio escolar oriundos das comunidades quilombolas para produção da alimentação escolar, de acordo com a cultura e hábitos alimentares das próprias comunidades.

Art. 12 A Educação Escolar Quilombola deve ser acompanhada pela prática constante de produção, publicação e aquisição de materiais didático-pedagógicos e de apoio pedagógico específicos nas diversas áreas de conhecimento, mediante ações colaborativas entre os sistemas de ensino.

Parágrafo único – As ações colaborativas constantes do *caput* deste artigo poderão ser realizadas contando com a parceria e participação dos docentes, organizações do movimento quilombola e do movimento negro, sociedade civil organizada e grupos correlatos, incluindo representantes do setor público administrativo que trate especificamente de reparação e igualdade racial e instituições de Educação Superior e da Educação Profissional e Tecnológica.

TÍTULO IV

DAS ETAPAS E MODALIDADES DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 13 A Educação Infantil é um direito das crianças dos povos quilombolas e deve ser garantida e efetivada respeitando-se as formas específicas de viver a infância, a identidade étnico-racial e as vivências socioculturais.

§ 1º Na Educação Infantil, a matrícula das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos em creches ou instituições de Educação Infantil é uma opção de cada família das comunidades quilombolas.

§ 2º A oferta da Educação Infantil Quilombola deverá garantir à criança o direito de permanecer no seu espaço comunitário de referência, evitando-se o seu deslocamento.

§ 3º O sistema Municipal de ensino deve oferecer a Educação Infantil com consulta prévia e informada a todos os envolvidos com a educação das crianças quilombolas, tais como: pais, mães, avós, anciões, professores, gestores escolares e lideranças comunitárias, de acordo com os interesses legítimos de cada comunidade quilombola.

§ 4º As escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas e que ofertam a Educação Infantil devem:

- I. promover a participação das famílias e dos anciões, especialistas nos conhecimentos tradicionais de cada comunidade, em todas as fases de implantação e desenvolvimento da Educação Infantil;
- II. considerar as práticas de educar e de cuidar de cada comunidade quilombola como parte fundamental da educação das crianças, de acordo com seus espaços e tempos socioculturais; e
- III. elaborar e receber materiais didáticos específicos para a Educação Infantil, garantindo a incorporação de aspectos socioculturais considerados significativos para a comunidade de pertencimento da criança.

Art. 14 O Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade, deve constituir-se em tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade.

Parágrafo único – O Ensino Fundamental deve garantir aos estudantes quilombolas:

- I. a indissociabilidade das práticas educativas e das práticas do cuidar, visando ao pleno desenvolvimento da formação humana dos estudantes na especificidade dos seus diferentes ciclos da vida;
- II. a articulação entre os conhecimentos científicos, os conhecimentos tradicionais e as práticas socioculturais próprias das comunidades quilombolas, em processo educativo dialógico e emancipatório; e
- III. um projeto educativo coerente, articulado e integrado, de acordo com os modos de ser e de se desenvolver das crianças e adolescentes quilombolas nos diferentes contextos sociais.

Art. 15 A Educação Especial e inclusiva é uma modalidade de ensino que visa assegurar aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades e superdotação o desenvolvimento das suas potencialidades socioeducacionais em todas as etapas e modalidades da Educação Básica nas escolas quilombolas e nas escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.

§ 1º O sistema Municipal de ensino deve garantir aos estudantes a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mediante:

- I. prédios escolares adequados;
- II. equipamentos;
- III. mobiliário;
- IV. transporte escolar;
- V. profissionais especializados;
- VI. tecnologia assistiva;
- VII. promoção de ações intersetoriais, envolvendo Saúde, Assistência Social e Educação, para o acompanhamento integral dos estudantes com transtornos de aprendizagem;
- VIII. outros materiais adaptados às necessidades desses estudantes e de acordo com o projeto político-pedagógico da escola.

§ 2º No caso dos estudantes que apresentem necessidades diferenciadas de comunicação, o acesso aos conteúdos deve ser garantido por meio da utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a tecnologia assistiva, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.\

§ 3º Identificação e acompanhamento dos estudantes com transtornos de aprendizagem, dificuldades persistentes ou defasagens significativas no processo escolar, em parceria com as famílias e os serviços de saúde.

§ 4º Na identificação das necessidades educacionais especiais dos estudantes quilombolas, além da experiência dos professores, da opinião da família e das especificidades socioculturais, a Educação Escolar Quilombola deve contar com assessoramento técnico especializado e o apoio da equipe responsável pela Educação Especial do sistema municipal de ensino.

Art.16 A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Educação Escolar Quilombola deve atender às realidades socioculturais e interesses das comunidades quilombolas, vinculando-se a seus

projetos de vida e trabalho.

§ 1º A oferta de EJA no Ensino Fundamental não deve substituir a oferta regular dessa etapa da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola, independentemente da idade.

§ 2º Na Educação Escolar Quilombola, as propostas educativas de EJA, numa perspectiva de formação ampla, devem favorecer o desenvolvimento de uma Educação Profissional que possibilite aos jovens, adultos e idosos atuar nas atividades socioeconômicas e culturais de suas comunidades com vistas ao fortalecimento do protagonismo quilombola e da sustentabilidade de seus territórios.

- I. contribuir para a gestão territorial autônoma, possibilitando a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável e de produção alternativa para as comunidades quilombolas, tendo em vista, em muitos casos, as situações de falta de assistência e de apoio para seus processos produtivos;
- II. articular-se com os projetos comunitários, definidos a partir das demandas coletivas das comunidades quilombolas, contribuindo para a reflexão e construção de alternativas de gestão autônoma dos seus territórios, de sustentabilidade econômica, de soberania alimentar, de educação, de saúde e de atendimento às mais diversas necessidades cotidianas;
- III. proporcionar aos estudantes quilombolas oportunidades de atuação em diferentes áreas do trabalho técnico, necessárias ao desenvolvimento de suas comunidades, como as da tecnologia da informação, saúde, gestão territorial e ambiental, magistério e outras.

TÍTULO V

DA NUCLEAÇÃO E TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 17 A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental na Educação Escolar Quilombola, realizada em áreas rurais, deverão ser ofertados prioritariamente nos próprios territórios quilombolas, considerando a sua importância, no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único – As escolas quilombolas, quando nucleadas, deverão ficar em polos quilombolas e somente serão vinculadas aos polos não quilombolas em casos excepcionais.

Art. 18 O eventual transporte de crianças e jovens com deficiência, em suas próprias comunidades ou quando houver necessidade de deslocamento para a nucleação, deverá adaptar-se às condições desses estudantes, conforme leis específicas.

Parágrafo único – O ente federado que detém as matrículas dos estudantes transportados é o

responsável pelo seu transporte, devendo ressarcir àquele que efetivamente o realizar.

Art. 19 O transporte escolar, quando for comprovadamente necessário, deverá considerar o Código Nacional de Trânsito, as distâncias de deslocamento, a acessibilidade, as condições de estradas e vias, as condições climáticas, o estado de conservação dos veículos utilizados e sua idade de uso, a melhor localização e as melhores possibilidades de trabalho pedagógico com padrão de qualidade.

TÍTULO VI

DO PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS QUILOMBOLAS

Art. 20 O projeto político-pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

- I. observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e dos princípios da Educação Escolar Quilombola constantes desta Resolução;
- II. ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar; e
- III. atendimento às demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas.

Art. 21 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas.

§ 1º A construção do projeto político-pedagógico deverá pautar-se em diagnóstico da realidade da comunidade quilombola e seu entorno, em processo dialógico que envolva as pessoas da comunidade, as lideranças e as diversas organizações existentes no território.

§ 2º Na realização do diagnóstico e na análise dos dados colhidos sobre a realidade quilombola e seu entorno, o projeto político-pedagógico deverá considerar:

- I. os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola;
- II. as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vivenciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla; e
- III. a possibilidade de articulação entre Escola Quilombola e instituições de Ensino

Superior, devidamente apoiadas por agências de fomento à pesquisa.

§ 3º A questão da territorialidade, associada ao etnodesenvolvimento e à sustentabilidade socioambiental e cultural das comunidades quilombolas, deverá orientar todo o processo educativo definido no projeto político-pedagógico.

Art. 22 O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deve incluir o conhecimento dos processos e hábitos alimentares das comunidades quilombolas por meio de troca e aprendizagem com os próprios moradores e lideranças locais.

§ 1º A inclusão dos conteúdos referidos no *caput* deste artigo resulta de estratégias e metodologias de aprendizagem que adotam a pesquisa como eixo para a produção de conhecimentos.

§ 2º Os conhecimentos produzidos tornar-se-ão uma fonte para a produção de materiais didáticos.

CAPÍTULO I

DOS CURRÍCULOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 23 O currículo da Educação Escolar Quilombola diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços escolares de suas atividades pedagógicas, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares, constituindo parte importante dos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades.

§ 1º Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, como nos âmbitos culturais e religiosos, definidos nos projetos político- pedagógicos.

§ 2º O currículo deve considerar, na sua organização e prática, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar.

Art. 24 O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá:

- I. garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil e na Bahia, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas;
- II. implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura

- Afrobrasileira, Africana e Indígena, nos termos da legislação em vigor;
- III. reconhecer a história e a cultura afrobrasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional e regional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e socioculturais que fundamentam as concepções de vida dos afrobrasileiros na diáspora africana;
 - IV. promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos espaços quilombolas;
 - V. garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como eixos norteadores do currículo;
 - VI. considerar a liberdade religiosa como princípio jurídico, político e pedagógico atuando de forma a superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, de matriz africana ou não, e a proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas; e
 - VII. respeitar a diversidade de gênero e sexual, superando, nas escolas, o machismo e as práticas sexistas: homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas e outras.

Art. 25 Na construção dos currículos da Educação Escolar Quilombola, devem ser consideradas as necessidades de escolarização dos estudantes quilombolas em cada etapa e modalidade de ensino; as possibilidades de trabalho do professor; os espaços e tempos da escola e de outras instituições educativas da comunidade e fora dela, tais como museus, centros culturais, laboratórios de ciências e de informática.

Art. 26 O currículo na Educação Escolar Quilombola pode ser organizado por eixos temáticos, projetos de pesquisa, temas geradores ou matrizes conceituais, em que os conteúdos das diversas disciplinas sejam trabalhados numa perspectiva interdisciplinar.

Art. 27 A organização curricular da Educação Escolar Quilombola deverá se pautar em ações e práticas político-pedagógicas que visem:

- I. ao conhecimento das especificidades das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas quanto à sua história e às suas formas de organização;
- II. à flexibilidade na organização curricular, no que se refere à articulação entre a base nacional comum e a parte diversificada, a fim de garantir a indissociabilidade entre o conhecimento escolar e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas;
- III. à duração mínima anual de 200 (duzentos) dias letivos, perfazendo, no mínimo, 800

- (oitocentas) horas, respeitando-se a flexibilidade do calendário das escolas, o qual poderá ser organizado independente do ano civil, de acordo com as atividades produtivas e socioculturais das comunidades quilombolas;
- IV. à interdisciplinaridade e contextualização na articulação entre os diferentes campos do conhecimento, por meio do diálogo entre disciplinas diversas e do estudo e pesquisa de temas da realidade dos estudantes e de suas comunidades;
 - V. à adequação das metodologias didático-pedagógicas às características dos educandos, em atenção aos modos próprios de socialização dos conhecimentos produzidos e construídos pelas comunidades quilombolas ao longo da história;
 - VI. à elaboração e uso de materiais didáticos e de apoio pedagógico, produzidos no percurso formativo dos educandos, com conteúdos culturais, sociais, políticos e identitários específicos das comunidades quilombolas; e
 - VII. à inclusão das comemorações nacionais, regionais e locais, consultadas as comunidades quilombolas e escolar.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 28 A Educação Escolar Quilombola deverá atender aos princípios constitucionais da gestão democrática que se aplicam a todo o sistema de ensino brasileiro e deverá ser realizada por meio de diálogo, parceria e consulta às comunidades quilombolas por ela atendida.

§ 1º Faz-se imprescindível o diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica e organizações do movimento quilombola nos níveis local e regional, a fim de que a gestão possa considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola no qual a escola está inserida.

§ 2º A gestão das escolas quilombolas deverá ser exercida, preferencialmente, por quilombolas.

§ 3º O sistema municipal de ensino, em regime de colaboração, estabelecerá convênios e parcerias com instituições de Educação Superior, Organizações Não Governamentais e instituições comunitárias para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores em atuação na Educação Escolar Quilombola.

Art. 29 O processo de gestão democrática desenvolvido na Educação Escolar Quilombola deverá:

- I. incluir, no seu colegiado gestor, representantes da comunidade quilombola na qual a escola se insere; e
- II. desenvolver, periodicamente, a avaliação coletiva do desempenho da escola, com ampla participação da comunidade escolar e da comunidade quilombola.

CAPÍTULO III **DA AVALIAÇÃO**

Art. 30 A avaliação, entendida como um dos elementos que compõem o processo de ensino e aprendizagem, deverá garantir o direito do estudante a ter considerados e respeitados os seus processos próprios de aprendizagem.

Art. 31 A avaliação do processo de ensino e aprendizagem na Educação Escolar Quilombola deverá considerar:

- I. os aspectos qualitativos, diagnósticos, processuais, formativos, dialógicos e participativos do processo educacional;
- II. o direito de aprender dos estudantes;
- III. as experiências de vida e as características históricas, políticas, econômicas e socioculturais das comunidades; e
- IV. os valores, as dimensões cognitiva, afetiva, lúdica, de desenvolvimento físico e motor, dentre outros.

Art. 32 Na Educação Infantil, a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo que para o acesso ao Ensino Fundamental.

Art. 33 A Educação Escolar Quilombola desenvolverá práticas de avaliação que possibilitem o aprimoramento das ações pedagógicas, dos projetos educativos, da relação com a comunidade, da relação professor/estudante e da gestão.

Art. 34 O Conselho Municipal de Educação pode participar da definição dos parâmetros de avaliação interna e externa que atendam às especificidades das comunidades quilombolas visando garantir-lhes:

- I. a consideração de suas estruturas sociais, suas práticas socioculturais e suas atividades econômicas; e
- II. as suas formas de produção de conhecimento, processos e métodos próprios de ensino-

aprendizagem.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO INICIAL, CONTINUADA E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Art. 35 A admissão de profissionais do magistério para atuação na Educação Escolar Quilombola nas redes públicas deve dar-se mediante concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

Parágrafo único – As provas e títulos devem valorizar conhecimentos profissionais e técnicos exigidos para a atuação na Educação Escolar Quilombola, observando-se a natureza e a complexidade do cargo ou emprego.

Art. 36 A Educação Escolar Quilombola deverá ser conduzida, preferencialmente, por professores pertencentes às comunidades quilombolas.

Art. 37 A formação continuada de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola deverá:

- I. ser assegurada pelo sistema municipal de ensino e suas instituições formadoras e compreendida como componente primordial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulada à realidade das comunidades quilombolas e à formação inicial dos seus professores; e
- II. ser realizada por instituições públicas de educação, cultura e pesquisa ou por Organizações Não Governamentais e instituições comunitárias, por meio de cursos presenciais ou a distância, de atividades formativas e de cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado, em consonância com os projetos das escolas e do sistema municipal de ensino, conforme legislação vigente.

Art. 38 A profissionalização de professores que atuam na Educação Escolar Quilombola será realizada, além da formação inicial e continuada, por meio das seguintes ações:

- I. acesso à carreira do magistério, nas redes públicas de ensino, por concurso público;
- II. garantia de plano de carreira, cargos e salários aos professores das redes públicas de ensino;
- III. garantia de remuneração compatível com sua formação e isonomia salarial;
- IV. garantia de condições dignas e justas de trabalho e de jornada de trabalho nos termos da Lei.

Parágrafo único – Os professores que atuam na Educação Escolar Quilombola, quando necessário, deverão ter condições adequadas de transporte, alimentação, material didático e de apoio pedagógico.

TÍTULO VII

DA GARANTIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA CAPÍTULO I COMPETÊNCIAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

Art. 39 Cabe ao Sistema Municipal de Educação da Rede de Souto Soares:

- I. implementar Diretrizes Operacionais para a Educação Escolar Quilombola, em diálogo com as comunidades quilombolas, suas lideranças e demais órgãos que atuam diretamente com a educação dessas comunidades; e
- II. promover a elaboração e publicação sistemática de material didático e de apoio pedagógico, específicos para uso nas escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas.

Parágrafo único – As atribuições do Município na oferta da Educação Escolar Quilombola poderão ser realizadas por meio de regime de colaboração com o Estado e União, considerando que estes, já estabeleceram seus sistemas de ensino próprio e disponham de condições técnicas, pedagógicas e financeiras adequadas, consultadas as comunidades quilombolas.

Art. 40 Compete ao Conselho Municipal de Educação:

- I. estabelecer critérios específicos para criação e regularização das escolas quilombolas de Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades;
- II. autorizar o funcionamento de cursos e credenciamento das escolas quilombolas de Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades pertencentes ao sistema municipal de Souto Soares;
- III. regularizar a vida escolar dos estudantes quilombolas, quando for o caso.

TÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41 O Município em regime de colaboração com o Estado e a União, deverá garantir o financiamento da rede pública municipal da Educação Escolar Quilombola, nos termos da legislação em vigor.

Art. 42 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

31 de Outubro de 2025

Sônia Vieira de Souza Bispo
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Cíntia Dias Alcantara Sampaio
Relatora

Comissão Especial

Girlane dos Santos Xavier - Diretora de Reparação e Igualdade Racial;
Vilma Pires de Souza - Diretora da escola Quilombola;
Cleber Araújo Lopes - Diretor escolar;
Gilson Batista França - Vice diretor;
Janete Alves dos Santos - Coord. Pedagógica da Escola Quilombola;
Marivânia Lopes de Souza - Coord. ped. da EJA;
Sheila Rosa Souza Rodrigues – Secretária Executiva dos Conselhos;
Sônia Vieira de Souza Bispo - Presidente CME;
Cintia Dias Alcântara Sampaio - Educação Infantil;
Claudia Maria Fidélis Araújo - Anos iniciais;
Débora Bastos Pereira Neves - Anos finais;
Glauciene Rosa de Sousa - Diretora pedagógica;
Rita da Silva Xavier – Representante de comunidade Quilombola;
Noelma Assis dos Santos – Representante de Comunidade Quilombola;
Joelma Constantina - Assistente Social;
Ana Cláudia Santos Fernandes - Professora da Rede Municipal

